



NO MEIO DO CAMINHO HAVIA “O FOGO!” ENTRE O CERRADO E O RIO DO PEIXE: LAGOLÂNDIA, 14 DE OUTUBRO DE 1925

João Guilherme da Trindade Curado¹

As discussões partem do conflito ocorrido na praça pública do distrito de Lagolândia, em Pirenópolis (Goiás), ocorrido a 14 de outubro de 1925: o “dia do fogo”, como o episódio ficou designado. O fenômeno religioso ali presente, se materializava na figura de Benedita Cipriano Gomes, a Dica, como era reconhecida pelos que habitavam as terras da antiga Fazenda Mozondó, situada às margens do Rio do Peixe e pertencente aos parentes da moça, que à época já contrariava os interesses dos fazendeiros e conseqüentemente as práticas coronelísticas goianas e ainda da Igreja, uma vez que a fama de curandeira e benzedeira extrapolava os limites estaduais. Os debates e embates se avolumam em torno de Dica e culminam com as força policiais estaduais promovendo o “dia do fogo”, em uma noite chuvosa e de enchente no rio que junto ao Cerrado circundam a praça local e mantém viva, um século depois, as memórias de Dica, sepultada à sombra de uma gameleira. Recorrer-se-á a documentos e a bibliografia interdisciplinar no intuito de perceber narrativas que possibilitem compreender a comunidade de Lagolândia daquele contexto. Temos por espaços o Salão (moradia de Dica), a praça e o rio; e como personagens os diqueiros (seguidores de Dica) a Igreja e o Estado, ali representado pela força policial. O tempo é real e simultaneamente místico: uma noite que é “o dia do fogo!”

Palavras-chave: Dica, Dia do Fogo, Espaço Público, Ambiente, Religião.

Rio do Peixe – Rio Jordão
(...)
Rio do Peixe?
– não.
– *Rio do Cão*
(Jorge de Lima, 1950, p. 138).

O fragmento da poesia de Jorge de Lima abre o presente diálogo interdisciplinar com perspectivas plurais sobre: Religião, Ambiente e Espaço Público. A partir de tal excerto é possível caracterizar inicialmente as distintas denominações concedidas ao fluir das águas caudalosas que envolvem historicamente Lagolândia, e que se mostram como os três

¹ Doutor em Geografia (IESA/UFG). Professor da Seduc/GO. Academia Pirenopolina de Letras, Artes e Música (Aplam). Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (Icebe). Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Apoio institucional do Arquivo do Museu das Bandeiras, Cidade de Goiás, com agradecimento especial a Milena Bastos Tavares.



momentos distintos do presente artigo. Partindo da ocupação do ambiente e formação do aglomerado rural, depois na ampliação dos espaços em função de práticas ligadas às religiosidades e que geram incômodo que corroboram com a designação aqui tida por ocasião do “Dia do Fogo!”, correspondente a 14 de outubro de 1925, foco principal de nossas investigações.

A título de contextualização espacial atual Lagolândia é o único Distrito de Pirenópolis, e fica a 30 km da sede municipal, por via pavimentada. É próxima aos povoados de Goianópolis, Placa e da Capela do Rio do Peixe, sendo o último contemporâneo de ocupação e com fortes vínculos familiares e culturais. Politicamente o Distrito teve uma breve emancipação, constituindo-se como município independente a Pirenópolis, entre 14 de novembro de 1963 a 10 de outubro de 1967 (Rezende, 2011).

Na última centúria, Lagolândia passou por diversos momentos significativos, alguns deles serão apontados aqui, mas sem nenhum comentário ou aprofundamento. A intenção é que o leitor possa vislumbrar que a comunidade continua unida, mesmo com divergências internas que sempre se fizeram presentes. Após o “Dia do Fogo” que será abordado no último item do presente texto, Dica, por forças externas, deixa a localidade, depois sai do estado de Goiás e passa temporada no Rio de Janeiro e em São Paulo. Quando possível retorna à sua terra natal e continua com suas práticas. É envolvida em acontecimentos nacionais e em intrigas locais. Depois de um tempo se muda para a antiga Campininha das Flores, Campinas e por ali reside até seu falecimento em 9 de novembro de 1970 (Jayme, 1973).

Significativa parte das pessoas que migraram para Lagolândia nos tempos da “República dos Anjos”, como é conhecido o período em que Dica mais atuava, permaneceu ali, casaram, constituíram famílias, se estabeleceram enquanto membros da comunidade e colaboram na perpetuação das práticas, especialmente as festivas que foram iniciadas por Benedita Cipriano Gomes ao longo dos anos. Outros, seguiram Dica rumo à nova capital, buscando morar próximos a ela, e sempre que possível retornando, junto com a madrinha Dica, para Lagolândia, especialmente durante as incontáveis festividades que compõem o calendário daquela localidade (Curado, 2011).

Rio do Peixe



Junto ao Rio do Peixe, ainda por volta do século XVIII, buscou-se ouro, revirando-lhes as margens, alterando percursos do leito e ocupando de maneira aleatória trechos significativos de terras próximas; o que foi rápido, pois ao que tudo indica, o metal precioso existia em quantia pequena para a manutenção dos árduos e dispendiosos trabalhos de aluvião. Por conseguinte, houve o quase esvaziamento populacional, permanecendo os que decidiram se dedicar às práticas agropastoris voltadas à subsistência. Foi assim que se deu em grande parte das terras goianas (Palacin, 1994) e na localidade em investigação.

Ao longo dos séculos seguintes a área passou a pertencer a famílias que agricultavam a terra e nela desenvolviam também a pecuária; práticas que possibilitavam a sobrevivência em meio a um ambiente quase isolado, devido aos precários meios de transporte e de comunicação, em relação a locais com maiores possibilidades de integrações sociais e econômicas. Nesse ínterim, um dos grupos que habitavam o Cerrado e se beneficiavam das águas do Rio do Peixe, nome dado pela piscosidade do manancial, e que contribuiu para fixação de pessoas, eram as que integravam os Cipriano Gomes.

Desde a grande propriedade que no transcorrer do tempo foi se subdividindo para contemplar os herdeiros, chegou-se a diversas fazendas: Atalho, Engenho Velho, Lages, Ipanema, Mozondó, Sapezal, dentre outras, que passaram a se confrontar territorialmente, uma vez que o conagraçamento familiar as unia em torno da devoção local à Nossa Senhora da Imaculada Conceição, orago da capela provisoriamente construída nas proximidades da margem direita do Rio do Peixe e depois transferida para uma área mais alta e afastada do leito do rio, quando foi erigida em alvenaria pela comunidade.

A parentela, por parte paterna, tem origem paulista, segundo o genealogista Jarbas Jayme (1973), que traça a trajetória, no capítulo 69, da referida família. A linha sucessorial direta a qual pretendemos aqui, descende dos pioneiros Joaquim Soares de Siqueira e Rosa Maria Gomes da Cunha, pais do Alferes Antônio Cipriano Gomes, avôs do segundo Antônio Cipriano Gomes e bisavôs de Bento Cipriano Gomes. A compreensão do ambiente em foco recebe destaque a partir da união de Bento com Isabel Borges, que tiveram dentre os 14 filhos, Benedito Cipriano Gomes que se casou com Benedita Pereira de Siqueira e tiveram oito filhos, sendo a primogênita, Benedita Cipriano Gomes, nascida a 13 de abril de 1905. É natural que devido a repetição dos nomes a menina recebesse desde tenra idade o carinhoso apelido de Dica!



Segundo Lauro de Vasconcello, autor de uma das primeiras pesquisas acadêmicas sobre Dica, assinala que ela passou a residir com a avó, dona Isabel e a tia-madrinha Leocárdia, na casa que ficava próximo à capela ali construída, mesmo que provisoriamente. Relata que: “desde a idade de dois anos residia em companhia de sua avó” (Vasconcellos, 1991, p. 120).

Publicações indicam que desde o nascimento Dica teve um comportamento diferente, por exemplo, “não teria chorado”; quando criança, teria tido contato com “anjos” (crianças falecidas, algumas da própria família) e quando jovem, na década de 1920, mais especificamente 1923, segundo consta no Processo nº 651/1925, teria ocorrido o aparecimento de Dica no cenário mágico-religioso. Segundo explica Vasconcellos (1991), ela teria passado de curandeira, a milagreira e profetiza, tornando-se uma líder messiânica.

A intimidade desde pequena com o Rio do Peixe, cujo leito passa ao fundo da casa que reside com a avó e a madrinha, o alçou a outros patamares, uma vez que, ainda de acordo com Vasconcellos “os remédios aplicados aos doentes eram água do Rio do Peixe com algumas essências e tinta, infusão de pedras do mesmo rio, chás caseiros” (1991, p. 120). Com tais práticas começou a arrebatar pessoas locais e de outras paragens que passaram a buscar e a acreditar nas prescrições emanadas pela jovem. A partir de então houve a transmutação do Rio do Peixe em Rio Jordão, cujos elementos: águas e pedras serviam para as beberagens destinadas às curas, cada vez mais procuradas.

No leito do Rio do Peixe passou a ocorrer a cerimônia de batismos ali realizados coletivamente a cada noite de São João (24 de junho), prática oficiada pela própria Dica que passava a guia espiritual; além do mais, ela era a escolhida por madrinha pela maioria dos que ali residiam, desde crianças a adultos. Muitos deles haviam recebido o sacramento do batismo de padres, mas optavam pelo segundo batismo na noite de São João.

Rio Jordão

A comutação do Rio do Peixe em Rio Jordão traz à tona inúmeras possibilidades interpretativas, das quais destaca-se aspectos da ancestralidade africana, uma vez que grande parte dos que habitaram as margens do manancial, ainda no século XVIII, eram pessoas trazidas de além África para extrair o ouro no que viria a ser, posteriormente, as



terras goianas em estudo. Outra relação também importante está ligada a elementos e a personalidades consagradas pelo catolicismo.

Tais perspectivas se justificam pela compreensão das intensas relações dos povos originários com os cursos d'água; depois com o predomínio do trabalho aurífero designados aos escravos por tempos, atividade econômica posteriormente substituída pela agropecuária que fixou pessoas ao campo, afastadas dos então arraiais goianos, passando o manancial do Rio do Peixe a ter sentidos outros, especialmente ligados aos imaginários, como as curas e as “conversões” propiciadas pelo batismo.

Ao estudar *O folclore negro no Brasil*, Arthur Ramos (2007, p. 9) afirma que “a força emocional que outrora os criou” se faz presente e latente até nos dias de hoje; como podemos referenciar nas relações dos habitantes de Lagolândia com algumas práticas, inclusive as relações com o ambiente em que habitam, com destaque especial para as águas do rio que circundam o distrito.

Voltemos ao nome de Dica, que recorrente às designações de seus pais, indicam devoção a São Benedito, que na liturgia do catolicismo possui duas datas comemorativas: 4 de abril (morte) e 5 de outubro (festa litúrgica) que no Brasil se juntou às comemorações de Nossa Senhora do Rosário, ambas devoções negras. São Benedito, santo negro, cozinheiro – daí a referência à fartura da produção. Designou inúmeras Irmandades religiosas que compostas pelos escravos e realizavam diversas festividades com muita música e comidas. Em Pirenópolis acontece o Reinado de Nossa Senhora do Rosário e o Juizado de São Benedito, desde pelo menos o início do século XVIII (Lôbo, 2006).

Em Lagolândia a festa de São Benedito ocorre junto à Nossa Senhora do Rosário, por ocasião da Festa do Divino Pai Eterno, cuja origem remonta, segundo Rezende (2021, p. 9), a Benedita Cipriano Gomes, que “passando a ser mal vista pela Igreja Católica e juntamente com seus seguidores, não pôde realizar as tradicionais romarias de carros de bois até Trindade (...) por isso, resolveu realizar ali no distrito, uma festa em homenagem ao Divino Pai Eterno”. Quanto a São Benedito, continua a autora: “este era o Santo de devoção de Benedita Cipriano Gomes, que ao nascer fora considerada morta pela parteira e que por promessa dos pais ao santo, recebeu o nome de Benedita” (Rezende, 2021, p. 11). Nas festas em Lagolândia a comida é um elemento simbólico que reúne a comunidade em todas as etapas da preparação à distribuição, e ainda explicita a



demonstração de fartura e de compartilhamento, práticas amplamente defendidas por São Benedito.

A devoção local ao Divino Pai Eterno sempre foi presente e culminava, a cada ano, deslocamento de significativa parcela da comunidade rumo ao antigo Barro Preto (Trindade) para as festividades. No entanto, na década de 1920, com a forte e marcante presença dos Redentoristas em Trindade e com a publicação do Jornal *Santuário da Trindade*, a tradição festiva de deslocamento teve uma pausa, devido a proibição dos que habitavam Lagolândia em frequentar a Festa do Divino Pai Eterno, seguida de várias notícias atacando Dica e seus seguidores. Assim, os lagolandenses passaram a produzir uma devoção local ao Divino Pai Eterno.

Diante do cenário festivo/religioso, é mister destacar que se atualmente a Festa do Divino Pai Eterno é a mais significativa e conhecida manifestação popular em Lagolândia, antes tal mérito era em homenagem a Nossa Senhora da Imaculada Conceição, tendo por ápice o dia 8 de dezembro, época das chuvas no Cerrado e do aumento de volume das águas dos rios. É época de fertilidade e de plantio das roças, visando a fartura e o compartilhamento de alimentos. Em Lagolândia a devoção remonta, pelo menos, a dona Isabel Borges, avó de Dica, era ela quem organizava as festas, o que deve ter influenciado a neta a manter as festividades à Imaculada e ainda ampliar o calendário festivo local.

É imprescindível relembrar que nas sociedades escravistas no Brasil a imposição da fé católica colaborou largamente para transmutar divindades de matriz africanas. Proibido e reprimidos, os escravos foram obrigados a metamorfosear suas crenças, o que aproximou sobremaneira a devoção da Imaculada Conceição à de Oxum, pois ambas possuem arquétipos bastante semelhantes. Senhoras da fertilidade, da potência criadora da vida, da bonança mesmo diante da escassez. Representam as águas doces em suas potências, forças e fluidez. De acordo com Reis Neto (2020, p. 120), “a feminilidade em Oxum se refere ao caráter sagrado da matripotência”. Ainda segundo o autor: “Oxum está longe de ser apenas a deusa do amor, da bondade, da doçura e beleza. Oxum, além disso turro, é a guerreira obstinada que peleja pelo seu povo, pela sua comunidade e, em última instância, pela vida” (Reis Neto, 2020, p. 129). Aspectos que estão presentes em ações de Dica ao longo do tempo.

A relação com o rio, outrora do Peixe e agora Jordão, cria universos que não só o físico e material; a espiritualidade referida pelas águas, aflora em Dica e a faz ser pertencente ao



fluido representado pela vida, pela fertilidade de suas práticas e pelo apoio dos que a seguem, mesmo diante de um cenário em que predominava o machismo patriarcal de práticas coronelísticas e de intervenções da Igreja sobre práticas populares, Dica, conseguiu se fazer notada.

Rio do Cão

Nas décadas iniciais da República, com destaque para o século XX, os poderes emanavam, basicamente, das oligarquias rurais, que pouco foram alteradas com a mudança do Império para a nova forma republicana de governo que resultaram na “República Velha” ou “República dos Coronéis”. Os poderes permaneceram nas mãos de poucos, o que os faziam destacar nas escalas locais e estaduais.

No clássico *Coronelismo, enxada e voto*, Leal explica que não se trata de “um fenômeno simples, pois envolve um complexo de características da política municipal”, concebida “como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (2012, p. 43). Continua salientando que o coronelismo “é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido” e sublinha que “desse compromisso fundamental resultaram as características secundárias do sistema ‘coronelista’, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais” (Leal, 2012, p. 44).

Sobre as peculiaridades goianas, o professor Itami Campos afirma que “a nível estadual, o arranjo coronelístico vai ser estabelecido pelo ‘compromisso’ entre os grupos políticos municipais sob o controle do executivo estadual, sendo dada ‘carta branca’ aos coronéis nos seus domínios”, entretanto lembra o autor que “à medida em que o domínio do executivo estadual se amplia é que vai se caracterizar a oligarquia, tão famosa a ponto de se tornar um dos traços marcantes do período” (Campos, 1987, p. 19). Contrariar os domínios e mandos dos coronéis era complicado, devido a estrutura por eles montadas para a manutenção do poder. O diferencial daqui, segundo Campos foi que “Goiás era um Estado pobre e atrasado, mas com um partido solidamente estruturado” e “a política coronelística, por sua vez, é sempre caracterizada como implicando num pacto ou compromisso (...) exercendo o coronel, através deste pacto, o papel de ‘mediador’ entre as instituições políticas e a população interiorana” o que possibilita “estabelecer uma clara



diferença entre grupos políticos da Capital e do Interior (...) apesar deste predomínio, não se observa resistência por parte dos coronéis interioranos”, pois “são constantes as nomeações de juiz-de-paz, juiz-de-direito, promotor, sub-delegado, delegado e de professores para os municípios na conveniência das chefias locais” (Campos, 1987, p. 50-51).

Pirenópolis não fugia à regra, estava inserida no que Campos (1987) designou como “engrenagem política” estadual que contava com várias “outras formas de manipulação de recursos de importância fundamental, tais como: taxaço de imposto, orçamento, polícia, justiça, entre outros que, aliados a uma diretriz política conservadora, de manutenção do atraso, bem reflete o domínio a que foi submetido o povo goiano (Campos, 1987, p. 63). Outras características conduzidas pelos coronéis era exercer “uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam” e “também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas” (Leal, 2012, p. 46).

Expostas as principais características, voltemos às margens do rio que passa pela Lagoa, como era conhecido o distrito de Lagolândia, onde o fenômeno religioso ali presente, se materializava na figura da jovem Benedita Cipriano Gomes, que à época já contrariava os interesses dos grandes fazendeiros e conseqüentemente as práticas coronelísticas goianas e ainda a Igreja, uma vez que a fama de curandeira e benzedeira extrapolava os limites estaduais. A Igreja redentorista, por meio do *Jornal Santuário da Trindade*, começou uma campanha ferrenha contra Dica e para referenciá-la usavam todo o tipo de palavras pejorativas. Ao usar a imprensa religiosa para atacar uma jovem goiana do interior nos sobressai que haviam interesses, aos quais, aqui não cabe especular. O fato é que as informações escritas por um padre (José Lopes Ferreira) ganhavam uma credibilidade maior que os demais jornais políticos que também dela falavam mal, como *O Democrata*, da capital. Em ambos veículos de comunicação a cobrança e/ou sugestão de intervenções das Forças Policiais Estaduais de Goiás ao reduto da Lagoa eram recorrentes; o que contribuía significativamente para a consolidação ideológica contra Dica e os “diqueiros”, aqueles que a seguiam. Apontavam os benzimentos, uso de



beberagens e práticas entendidas como ligadas ao Espiritismo como proibidas pela legislação – o que transformara Dica em uma contraventora, passível de punições também jurídicas.

Interessante ressaltar que segundo Campos (2023, p. 64) “a crença sempre foi uma aliada dos chefes políticos locais, que se serviam de padres e de missionários para manter seus domínios. Um formato litúrgico que caracteriza uma ‘religião popular’”, o que traz estranheza para o não aceite de Dica como uma aliada. Entretanto, Gomes Filho (2017, p. 160) ressalta que “especialmente no que tange a *terra* e o *trabalho*, tornaram o movimento de caráter até então exclusivamente religioso numa verdadeira contestação política e social”. Nesse interim, além da Igreja e da imprensa temos também “o grupo ou classe dominante, [que] não podendo deixar o exercício de sua dominância, passa a hostilizar o reduto e a fazer pressão sobre os dominados, para que, rejeitando a liderança carismática, se submetessem à sua liderança, aceitando-a e legitimando-a”. Na sequência, a dimensão se amplia e “o reduto passa então a ser uma ameaça para a liderança tradicional do município, e mesmo do Estado, que o vê como sendo um risco à ordem e tranquilidade públicas” (Vasconcellos, 1991, p. 95).

Na República dos Anjos, ou Lagoa, havia, segundo denúncias de acusação presentes no Processo nº 651/1925 de “controle comercial” o que tirava dos fazendeiros a possibilidade de manter os trabalhadores pelo processo de endividamento pelas compras no armazém da fazenda a ele pertencente. Outra afronta era a prática do descanso aos sábados o que fazia afluir para a localidade, onde a terra era coletiva, segundo se pregava, de camponeses que trabalhavam nas propriedades próximas, assim como migrantes de outras paragens do Brasil. O que fez escassear a mão de obra empregada pelos fazendeiros e coronéis locais – ampliando a fúria ao mesmo tempo que mexia e desequilibrava as práticas explicitadas no início do presente subtópico.

Os papéis de “mediadores”, de “compromisso” ou mesmo da “engrenagem política” pareciam sobrecarregadas em Goiás na passagem da década de 1910 para a de 1920, com a chegada da ferrovia às terras goianas (símbolo da modernidade que se contrapunha às práticas em voga) e com a intensa ocupação das forças policiais, envolvidas em eventos diversos como: a Chacina do Duro, ocorrida em 1918 na Vila de São José do Duro; a questão de Pouso Alto em março de 1924, quando “um pretense movimento sedicioso por parte dos lavradores daquele município, visando ataques às collectorias e cartórios e

deposição das autoridades locais, a fim de se eximirem ao pagamento de impostos” (Relatório, 1925, p. 10-11). Em 10 de dezembro de 1924, reunião com representantes da polícia da Bahia, Piauí e Goiás quando foi “largamente debatido o assumpto da extinção do banditismo nos seus territórios por meio de providencias preventivas e repressivas, de acção cominada” que culminou com um “Convênio Policial” que designava forças policiais estaduais para diversas localidades (Relatório, 1925, p. 17). Outro fato: “Em 3 de Janeiro do corrente, no logar denominado ‘Catita’, situado no districto de Ouro-fino, município da Capital, onde effectuou a prisão de Agostinho Periquito que intitulado-se santo, estava explorando a credulidade pública” (Relatório, 1925, p. 12 – grifo no original).

A passagem da Coluna Prestes por Goiás foi bastante significativa, uma vez que “este foi o único Estado a chamara si a defesa do seu território” (Campos, 1987, p. 81), uma vez que os fazendeiros evitavam a requisição dos cavalos, animais indispensáveis nas lidas do campo. Para tal autonomia de defesa, a necessidade da “engrenagem política”. O governo estadual “solicitou dos coronéis locais voluntários e patriotas a formação de um Batalhão Patriótico”, assim “cooptada pelo coronel Francisco José de Sá, Dica e seus adeptos emprestaram sua colaboração à Coluna Caiado” (Vasconcellos, 1991, p. 99).

Ao término da participação de Dica, em julho, foi chamada à Chefia de Polícia que a pressiona para abandonar suas práticas na Lagoa. Diante da recusa, segundo Vasconcellos (1991), o grupo é desarmado, obrigado a voltar a pé (168 km) e com dívidas das despesas contraídas em função da permanência, uma vez que o governo não liquidou a dívida junto ao grupo.

É curioso que é a dívida dos moradores da Lagoa com o Erário estadual a denúncia de sustentação para abertura de um inquérito célere conduzido por Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, o então Chefe de Polícia, que em Pirenópolis, iniciou a ação judicial a 10 de outubro de 1925. No dia seguinte expede-se o decreto de prisão de Dica, o que segue é a chegada e o sitiar a Lagoa, sendo “a equipe de busca e apreensão enviada à Lagoa se compunha de 5 tenentes, 6 cabos de esquadra, 9 anspeçadas, 58 praças e um corneteiro” (Vasconcellos, 1991, p. 122). Outro destaque é apresentado implica que “o número oficial dos policiais envolvidos nesta operação, oficialmente oitenta, foi o maior utilizado até então para executar uma ordem de prisão” em Goiás (Oliveira, 2005, p. 43).



O espaço de ocorrência das forças policiais se estendeu a todo o território da Lagoa. Os diqueiros ou ficaram em suas moradias ou se dirigiram ao Salão, onde Dica morava, para depois resolverem se atirar no *Rio do Cão*, que devido a uma pequena enchente no período facilitou o escoamento dos diqueiros e de sua líder, na tentativa de sobreviver a uma proposta de chacina. As forças se concentraram, de acordo com a memória oral, do lado oposto ao Salão, no local onde hoje se situa o cemitério de Lagolândia.

A partir daí as versões se multiplicam, especialmente no Processo que foi bem analisado por Brito (1992), trazendo vários questionamentos que ainda não foram de todos resolvidos ou pelo menos analisados.

O fato é que os debates e embates se avolumaram em torno de Dica e culminaram com as forças policiais estaduais promovendo o episódio do “dia do fogo”, em uma noite chuvosa e de enchente no rio que junto ao Cerrado circundam a praça e mantém viva, um século depois, as memórias de Dica, sepultada à sombra de uma gameleira. Temos por espaços envolvidos no ataque: o Salão (local de moradia de Dica), a praça e o rio por onde escaparam dos “tiros do governo” os diqueiros e a própria Dica. O tempo é real e simultaneamente místico: uma noite chuvosa que se tornou “o dia do fogo!”

Considerações

A presente proposta, uma retomada aos estudos sobre Dica que tiveram agenda em dois momentos distintos, na Graduação (1997) e no Doutorado (2011), primeiro investigando a História e posteriormente as Paisagens Festivas. Aqui a imersão é no Rio do Peixe, *Jordão* e do *Cão*, como momentos distintos e interligados pelas práticas e ações realizadas pela moradora mais conhecida da Lagoa/Lagolândia: Benedita Cipriano Gomes.

Ao rememorar o primeiro centenário do Dia do Fogo, concordamos com Gomes Filho “como também suspeita Brito (1992, p.165) – que a invasão do reduto já estava anteriormente acertada”. Para tanto recomemos a uma das primeiras denúncias, datada de 5 de março de 1924, que já pede instruções de como “agir neste caso” que corresponde aos dons de Dica, a exploração e os prejuízos à lavoura (Relatório, 1925, p. 21).

No entanto, a evidência do planejamento de um ataque anterior é exposta em telegrama de

8 de julho [1924] – Depois empregar sem resultado satisfatório medidas necessarias solução cassio rio Peixe, mandei gente confiança áquelle local, de onde trouxe preciosas observações. Aguarde regresso força romaria Trindade, afim mandar ahí grande destacamento sob comando oficial, com instrucções agir acordo essa delegacia, a cujo serviço ficará também agente referido. Julgo indispensavel maxima reserva para feliz exito diligencia. Sauds. (Relatório, 1925, p. 28-29).

Referências

- BRITO, Eleonora Zicari Costa de. **A construção de uma marginalidade através do discurso e da imagem: Santa Dica e a Corte dos Anjos, Goiás – 1923 a 1925.** 1992. 364f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, universidade de Brasília, Brasília.
- CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás.** 1ª reimp. Goiânia: Ed. UFG, 1987. 116p.
- CAMPOS, Francisco Itami. Coronéis e Jagunços: violência na literatura regional. Cap. 2. *In:* CAMARGO, Goiandira Ortiz de; GUIMARÃES, Maria Severina Batista; CURADO, Bento Alves Araújo Jayme Fleury. (org.). **Goiás +300: Reflexão e Ressignificação, Literatura.** v. 5. Coordenação da Coleção Goiás +300 por Jales Mendonça e Nilson Jaime (Editor-geral). Goiânia: Edições Goiás +300. 2023. p. 47-70.
- CURADO, João Guilherme da Trindade. **Lagolândia – paisagens de festa e de fé: uma comunidade percebida pelas festividades.** 2011. 315f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG), Goiânia.
- GOMES FILHO, Robson. **Carisma, legitimidade e dominação religiosa: Santa Dica e a Congregação Redentorista em Goiás (1923-1925).** Curitiba: Editora Prisma, 2017. 312p.
- JAYME, Jarbas. **Famílias Pirenopolinas: Ensaio Genealógicos.** Pirenópolis: Estado de Goiás, 1973. Vol. 4, p. 115-123.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 397p.
- LIMA, Jorge de. **Obra Poética.** Rio de Janeiro: Editora Getúlio Costa, 1950. p. 135-138.
- LÔBO, Tereza Caroline Lôbo. **A Singularidade de um lugar festivo: o Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Juizado de São Benedito em Pirenópolis.**



2006. 152f (Dissertação em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG), Goiânia.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. “Cachorro do governo”: a polícia no imaginário sertanejo goiano. **Revista UFG**, v. 7, n. 1, p. 41-44, 2025.

PALACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822**, estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas. 4. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994. 150p.

PROCESSO nº 651/1925. Cartório do Crime. Pirenópolis/GO. Maço 9, 1925 – cópia digital.

RAMOS, Arthur. **O folclore negro no Brasil: demopsicologia e psicanálise**. 3. ed. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2007. 231p.

RELATÓRIO apresentado ao exmo sr. dr. Secretário do Interior e Justiça pelo sr. dr. Eládio de Amorim, Chefe de Polícia do Estado, em 31 de Março de 1925. Ministério da Justiça- Segurança Pública – Chefatura de Polícia. Pct. 576. Arquivo Museu das Bandeiras. Goiás/GO.

REZENDE, Waldetes Aparecida. **Santa Dica: Histórias e Encantamentos**. 2. ed. Goiânia: Kelps, 2011. 188p.

REZENDE, Waldetes Aparecida. **Festa do Divino Pai Eterno, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito: coletânea de fotos e Fatos históricos do Distrito de Lagolândia**. Goiânia: Kelps, 2021. 98p.

REIS NETO, João Augusto dos. Pensar -viver-água em oxum para (re)encantar o mundo. **Revista Calundu**, v. 4, n. 2, p. 108- 132, jul-dez, 2020.

VASCONCELLO, Lauro de. **Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1991. 211p. (Col. Documentos Goianos, 22).